ESPAÇOS EDUCACIONAIS NÃO FORMAIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Naiades Meline Barbosa de Carvalho
Universidade do Estado da Bahia
naimelzinha@gmail.com

RESUMO

Separadamente, ao longo do tempo, várias são as discussões sobre desenvolvimento sustentável e sobre educação e os mais diversos aspectos que os comportam. Em ambas as discussões, figura um ponto de interseção entre eles, no sentido de que, o processo educacional é um caminho essencial para que alcancemos a tão sonhada sociedade sustentável a partir de uma consciência de cidadania. Partindo deste princípio, o presente artigo tem por objetivo contribuir nas discussões referentes à colaboração dos Espaços Educacionais Não Formais (EENF) na educação para o Desenvolvimento Sustentável (DS). Neste sentido, autores como Gohn (2014) e Gadotti (2007), principalmente, que já há muito pesquisam sobre os temas aqui propostos, respectivamente, são tomados como aporte teórico, agregando também nestas reflexões, Jacobucci (2008), Rodrigues (2013), Silva e Souza (2015), Mutim (2007) e Martins (2008). O método utilizado para escrita deste artigo foi a pesquisa bibliográfica, a partir do levantamento de livros e artigos que dão subsídios à discussão em torno da praxiologia. Tecemos colaborações dos EENF na educação para o DS, situando estes espaços como um "palco" para a práxis, onde nos tornamos sujeitos atuantes e conscientes do nosso lugar no mundo. Consideramos, por fim, que estas colaborações não se limitam ao aqui apresentado e que se faz necessário percebê-las na prática, por meio de pesquisas aplicadas de intervenção, sendo uma oportunidade enriquecedora para os sujeitos envolvidos: pesquisadores, atores observados/pesquisados, comunidade e território/espaço local como um todo.

Palavras-chave: Educação. Espaços não formais. Desenvolvimento Sustentável.

1 INTRODUÇÃO

Pensar na educação para o desenvolvimento sustentável é uma questão que já figura no cenário mundial algum tempo, contudo, é sentido ainda que a articulação ainda é precária e frágil no âmbito educacional instituído considerado formal, bem como, no entendimento da sociedade civil, mas ao mesmo tempo, que é possível e cada vez mais necessária.

Sendo instituída em dezembro de 2002 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável é um dos marcos propulsores nas reflexões geradas até hoje. Conforme Gadotti (2007, p. 70), a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável instituída pela Resolução 57/254 encomendou à UNESCO a elaboração de um Plano que enfatizasse o papel da educação na promoção da sustentabilidade.

Tendo como sequência deste percurso, destacamos também como exemplo a Conferência Geral de 2003 da UNESCO, em que conforme Gadotti (2007, p. 72), reconheceu a Carta da Terra como um quadro de referências importante para o desenvolvimento sustentável.

> A Carta da Terra é um movimento da sociedade civil planetária para "construir consenso e compartir valores" na busca de um modo de vida justo e sustentável. (CORCOVAN et., 2005, p. 17-22 apud GADOTTI, 2007, p. 70) [...] e tem um grande potencial educativo ainda não suficientemente explorado, tanto na educação formal, quanto na educação não-formal. (GADOTTI, 2007, p. 70)

A concepção da importância de se educar para o desenvolvimento sustentável é uma prática com um largo histórico, tomada por uma consciência de preservação do mundo, do planeta, da espécie humana, contudo, estas reflexões, discussões e estratégias pautadas num consenso crítico da necessidade de mudanças na forma e estilos de viver não têm sido suficientes.

Em 2007, o pedagogo Moacir Gadotti já destacava que a temática sustentabilidade deveria dominar os debates educativos das próximas décadas, indagando se não estamos construindo uma ciência e cultura com propósitos contrários aos das discussões, que ainda hoje são vigentes: "não estaremos construindo uma ciência e uma cultura que estão servindo apenas para a degradação do planeta e dos seres humanos?" (GADOTTI, 2007, p. 74).

Este questionamento nos desperta para uma real e vigente necessidade de tornar os espaços educativos um ambiente que proporcione o acesso a esses conhecimentos em prol de uma consciência cidadã no nosso planeta, mas mais do que isso, nos leva a conceber como Gadotti (2007, p.75) coloca "Os debates teóricos são importantes, mas eles têm limite sem sua utilização prática".

Diante dessas colocações, temos aqui dois pontos relevantes a serem refletidos precisamos contar com espaços educacionais que de fato promovam uma orientação reflexiva em prol do que as Nações Unidas passaram a denominar, conforme Gadotti (2007, p. 74), de "desenvolvimento humano", ou nas palavras do estudioso de sociedade sustentável, isto é,

uma sociedade capaz de satisfazer as necessidades das gerações de hoje sem comprometer a capacidade e as oportunidades das gerações futuras.

O outro ponto em questão é o que emerge dessa orientação reflexiva, partindo do entendimento de sociedade sustentável, que são ações práticas, coletivas e colaborativas. Ou seja, precisamos partir de uma educação *sobre* e atuar numa educação *para* o desenvolvimento sustentável.

Portanto, o objetivo deste artigo é discutir sobre como os espaços educacionais, especificamente, os denominados não formais, podem colaborar na educação para o desenvolvimento sustentável, quais caminhos dispomos diante do cenário societário que vivemos e dos diálogos historicamente instaurados. O método utilizado para escrita deste artigo é a pesquisa bibliográfica, a partir do levantamento de livros e artigos que dão subsídios à discussão em torno da praxiologia.

Enquanto pesquisa bibliográfica toma-se como contribuições, para o delineamento das discussões teóricas acerca da Educação Não Formal e os espaços que a compreendem, estudiosos como Gohn (2014), Jacobucci (2008), Rodrigues (2013), Silva e Souza (2015) e as discussões e concepções atuais sobre Desenvolvimento Sustentável apontado por Gadotti (2007).

2 PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Conforme Gadotti (2007, p.79), a educação *sobre* o desenvolvimento sustentável "refere-se à tomada de consciência, à discussão teórica, à informação e aos dados sobre desenvolvimento sustentável". Já a educação *para* o desenvolvimento sustentável "refere-se a como utilizar a educação para construir um futuro mais sustentável".

Do ponto de vista pedagógico, fica claro que teoria e prática comungam de objetivos que se complementam e que demandam de espaços de aprendizagem. Conceber o espaço de aprendizagem remeterá inevitavelmente a escola, entendida como um espaço formal de educação, contudo, o alcance exitoso para o DS perpassa desde a educação formal, a informal, e talvez de maneira mais rica e ampla, a educação nos espaços não formais.

Conotado negativamente épocas atrás, talvez pela pouca compreensão e supervalorização tradicional do espaço escolar como único ambiente formativo, conforme Gohn (2014, p. 40) quando tratamos da educação não formal, a comparação com a educação formal é quase que automática.

Contudo, hoje os EENF são levados em consideração e reconhecidos como espaços de aprendizagem que agregam na formação cidadã, além do que, esse entendimento se consolida ao considerarmos o que fundamenta a LDB nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), em seu artigo 1º, em que conceitua educação como a que:

> [...] abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996, p.01).

Assim, partiremos para uma compreensão sobre esses espaços, o que se entende e o que os caracterizam, para tanto, nos ateremos ao que se entende conceitualmente sobre educação formal, informal e não formal adotando a visão da educadora Maria da Glória Gohn.

3 ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM: DIFERENTES CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO

De maneira conceitual, segundo Gohn (2014, p. 40) considera-se que a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização, ocorrendo em espaços da família, bairro, rua, cidade, clube, espaços de lazer e entretenimento; nas igrejas; e até na escola entre os grupos de amigo; ou em espaços delimitados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia, sempre carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados. Poderá ter ou não intencionalidades (por exemplo, educar segundo os preceitos de uma dada religião é uma intencionalidade).

A grande diferença da educação não formal para a informal é que na primeira há uma intencionalidade na ação: os indivíduos tem uma vontade, tomam uma decisão de realizá-la, e buscam os caminhos e procedimentos para tal. Poderá encontrá-los em meios coletivos ou individuais. A educação não formal é aquela que se aprende "no mundo da vida", via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas.

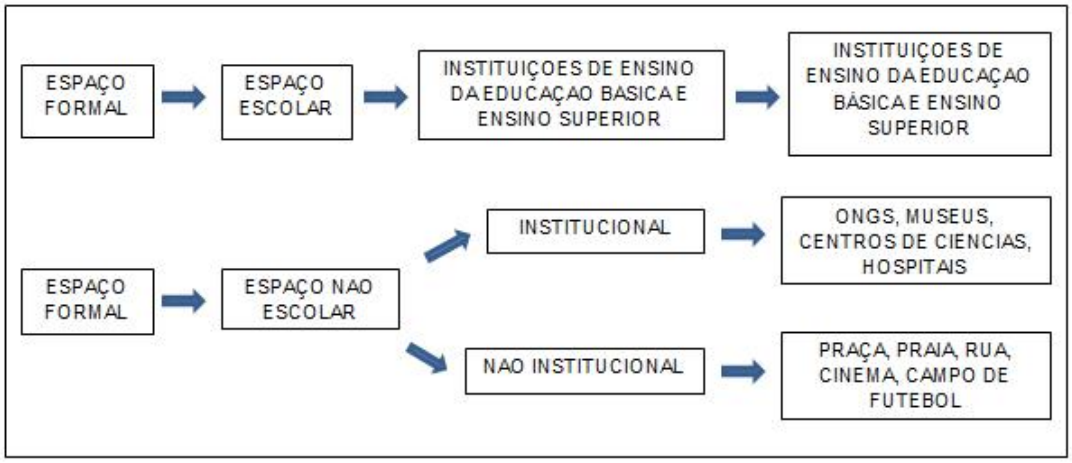
Na concepção de Gohn (2007, p. 40) a educação não formal articula-se ao campo da educação cidadã, a qual no contexto escolar pressupõe a democratização da gestão e do acesso à escola, assim como a democratização do conhecimento. Essa educação volta-se para a formação de cidadãos (ãs) livres, emancipados, portadores de um leque diversificado de direitos, assim como, de deveres para com o(s) outro(s).

Jacobucci (2008, p. 56) em sua tentativa de definição sugere que os espaços não formais de educação podem se divididos em duas categorias: locais que são Instituições e locais que não são instituições.

> Na categoria Instituições, podem ser incluídos os espaços que são regulamentados e que possuem equipe técnica responsável pelas atividades executadas, sendo o caso dos Museus, Hospitais, Centros de Ciências, Parques Tecnológicos, Parques Ecológicos, Parques Zoobotânicos, Jardins Botânicos, Planetários, Institutos de Pesquisa, Aquários, Zoológicos, Bibliotecas Públicas, dentre outros. Já os ambientes naturais urbanos que não dispõem de estruturação institucional, mas onde é possível adotar práticas educativas, englobam a categoria Não Instituições. Nessa categoria podem ser incluídos teatro, casa, rua, praça, terreno, cinema, praia, cinema, campo de futebol, dentre outros inúmeros espaços. (JACOBUCCI, 2008, p. 56)

Tomando como base o entendimento pontuado por Gohn (2014) e Jacobucci (2008), o quadro 1 abaixo apresenta uma compreensão das definições de Espaço Formal e Espaço Não Formal de Educação.

Quadro 1 - Compreensão de Espaço Formal e Espaço Não Formal de Educação.



Fonte: Adaptado Jacobucci (2008, p. 57).

Outra perspectiva que podemos ter acerca dos espaços educacionais não formais é trazida por Silva e Souza (2015, p. 3), apontando que o contexto em que vivemos tem evidenciado a existência de alternativas de vida, trabalho, arte e cultura, socialização e educação, criadas por distintos segmentos da sociedade, não pertencentes aos circuitos oficiais de produção do conhecimento. Mas, que elaboram novas dimensões para os processos cognitivos; à medida que constroem e difundem conhecimentos socialmente relevantes e basilares para a formação de distintos sujeitos sociais.

As autoras citam como exemplos os espaços culturais e recreacionais, associações comunitárias, grupos artísticos e culturais, além de cooperativas de trabalho, coletivos de produção, dentre outros, denominando estes espaços e movimentos como comunidades de práticas.

3.1 Tecendo colaborações dos EENF

Uma vez compreendida que a aprendizagem pode se dá em diferentes espaços, e que todo processo educativo não pode ficar centrado apenas numa modalidade educativa e num único espaço (RODRIGUES, 2013, p. 3) seguimos na busca de como os EENF podem colaborar na educação para o DS.

Indagações como esta, talvez com um viés mais complexo que este, permeia mais pungentemente o âmbito acadêmico. Mutim (2007, p. 114) apresenta algumas impressões iniciais geradas da análise da relação educação ambiental, gestão e desenvolvimento local sustentável, ressaltando as perspectivas de pesquisas em que o desafio é o de se posicionar numa situação adequada para mostrar como a educação e os processos educativos desenvolvidos nas escolas ou fora delas precisam ser articulados para gerar espaços de formação de fundamental importância na gestão do saber, e a transformação de mentalidades para o exercício pleno da cidadania na gestão compartilhada do Desenvolvimento Local Sustentável.

Considerando o desafio apontado por Mutim como algo que circunda vividamente todos que atuam efetivamente com a prática educacional, seja por formação acadêmica ou não, podemos considerar não como uma resolução "mágica", mas muito provavelmente como um caminho para percorrer, agregar as características pontuadas por Gohn sobre os espaços educacionais não formais e a visão apontada por Silva e Souza, bem como, a compreensão apontada por Gadotti sobre educação para desenvolvimento sustentável e o que se tem definido propriamente sobre DS.

Os EENF como espaços permitem possibilidades de conhecimento sobre o mundo que rodeia os sujeitos e suas relações sociais e conforme Gadotti (2007, p. 76) o DS, visto de forma crítica, tem um componente educativo formidável: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação.

Na visão do pedagogo, aqui entra em cena a Pedagogia da terra, a ecopedagogia. Segundo Gadotti (2007, p. 76) ela é uma pedagogia para a promoção da aprendizagem do "sentido das coisas a partir da vida cotidiana" como dizem Francisco Gutiérrez e Cruz Prado (1998).

Podemos corroborar, dessa forma, que adotar a ecopedagogia como prática nos EENF é aliar seus pontos convergentes, sendo este um ponto de partida na colaboração na educação para o DS.

Para Gohn (2007, p. 40) a educação não formal um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais.

Gadotti (2007, p. 77) pontua que a ecopedagogia está se desenvolvendo, seja como movimento pedagógico, seja como abordagem curricular e que a ecopedagogia também pode ser entendida como movimento social e político.

Pensar em como os EENF colaboram para o desenvolvimento sustentável é também refletir sobre a transformação local, social e econômico que podemos imprimir no sistema societário. Para tanto, uma sociedade desenvolvida precisa ter conhecimento de suas potencialidades e ser bem articulada entre si.

Dessa forma, uma vez compreendido o que são os EENF, faz-se necessário também, uma leitura das necessidades das comunidades que constituem estes espaços. Ou seja, é preciso não só o entendimento do que se tratam os EENF, mas também a importância de planejamento e da definição de quais práticas serão incorporadas, bem como, que estas devem ocorrer a partir do diálogo com os sujeitos ali presentes.

Sendo assim, cada localidade demandará ações próprias, específicas e com dinâmicas de execução diferentes. Essas ações serão outro ponto colaborador dos EENF e partirão de alguns questionamentos: Qual a práxis a ser adotada neste espaço, nesta localidade e com estes sujeitos? Quais demandas estes sujeitos têm para que possamos dialogar?

Os EENF se tornam neste sentido o "palco" para a práxis a ser definida e, por conseguinte, a práxis virá como o objetivo primário à conscientização dos sujeitos envolvidos, de seu lugar no mundo, mais especificamente no/do seu âmbito local. Inúmeros são hoje, organizações e empreendimentos que se fortalecem a partir deste "*start*", entendo conforme Dowbor (2006, p.1) ao relatar um exemplo de desenvolvimento local dos moradores da região de São Joaquim no Sul de Santa Catarina, que entenderam que a solução dos seus problemas dependia deles, ou seja, que eles mesmos deveriam enfrentar, organizando-se, buscando parcerias e cooperativizando.

Em outras palavras, o que Dowbor sinaliza é que a transformação local, econômica e social depende de nós, no nosso fazer, e não no esperar que alguém de fora venha e o faça. Que devemos sair da postura de meros espectadores para de atores atuantes, agregando esforços mutuamente.

Outro ponto a ser considerado é como o homem de tempos em tempos precisa se reinventar de forma a atender os desafios de sua realidade histórica com o intuito de sobreviver. Esta sobrevivência exige que nos relacionemos socialmente e que nos organizemos.

Martins (2008, p.26-27) a partir de sua análise sobre as dimensões ontológicas do pensamento de Karl Marx traz inferências sobre esta questão.

> "o homem que acaba construindo o mundo em que vive e a si mesmo (...) torna-se um ser diferente dos demais pela sua capacidade de transformar a natureza e a si mesmo com o seu trabalho, seja ele intelectual ou manual." (MARTINS, 2008, p.26-27)

O trabalho, então, pode ser considerado a partir da perspectiva marxista como um caminho colaborativo necessário para a educação em seu sentido mais amplo e, portanto, engloba a educação para o desenvolvimento sustentável. E esse caminho colaborativo se dará nas relações sociais que são instauradas coletivamente levando-se em consideração o que Dowbor (2006, p. 4) denomina de *capital social*. Conforme o estudioso, "aprender a colaborar" passa a ser a riqueza de todos os espaços, o capital social, e o conhecimento sobre o que demanda sua localidade e a percepção do que ela tem a oferecer, se torna um trunfo.

Mas é necessária a democratização do conhecimento do território, sendo este um dos objetivos da educação, bem como, tornar os professores mediadores científicos e pedagógicos, promovendo o confronto do que ensinam com as realidades vividas.

De maneira geral, podemos situar como formas de colaboração dos EENF para o DS, porém não limitadas a estas:

- Adoção da ecopedagogia – esta remeterá a execução de processos educativos coletivos;
- Definição de práxis a partir de um planejamento e diálogo com os sujeitos envolvidos;
- Relação teoria/prática, ou seja, partir da informação para a aplicação, do saber para fazer – esta remeterá a articulação de saberes entre os sujeitos que interagem nos EENF;
- Relações sociais instauradas por meio do trabalho colaborativo;

- Democratização do conhecimento de formar a construir um capital social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo almejou apresentar para as discussões referentes a colaboração dos Espaços Educacionais Não Formais (EENF) na educação para o Desenvolvimento Sustentável (DS).

Considerando que as discussões sobre desenvolvimento sustentável são presentes e ao mesmo tempo, recentes num âmbito global, estando na pauta de diálogo a pouco mais de dez anos. Discussão esta que se faz cada vez mais presente e urgente em nossas vidas, a começar pelo âmbito educacional.

Aqui pudemos compreender por meio de diferentes concepções o que são os EENF, e tecer quais as colaborações que eles promovem na educação para o DS, objetivo traçado e que considero cumprido, tomando como bagagem teórica autores bases e renomados no tema.

Contudo, fica como reflexão e sugestão após o discorrido, a necessidade de perceber as colaborações aqui pontuadas na prática por meio de pesquisas aplicadas de intervenção. Uma oportunidade que pode ser executada a partir de projetos de pesquisas de extensão promovidos pelas universidades, gerando uma via de dupla aprendizagem para os diversos sujeitos envolvidos, os pesquisadores e os atores observados/pesquisados.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm> Acesso em 08 abr. 2018.

DOWBOR, Ladislau. Educação e Desenvolvimento Local. 2006. Ladislau Dowbor > Artigos por Ladislau Dowbor > Educação e Desenvolvimento Local – 2006,16p. Disponível em: <http://dowbor.org/2006/04/educacao-e-desenvolvimento-local-doc.html/> Acesso em 08 abr. 2018.

GADOTTI, Moacir. Educação para o desenvolvimento sustentável: o que precisamos aprender para salvar o planeta. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I, Salvador, v. 16, n. 28, p. 69-90, jul./dez., 2007.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. Ecopedagogia e cidadania planetária. São Paulo: Cortez, 1998.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. Investigar em Educação - II ª Série, Número 1, 2014. Disponível em: <https://ec.europa.eu/epale/sites/epale/files/gohn_2014.pdf> Acesso em 12 abr. 2018.

JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. Contribuições dos espaços não-formais de educação para a Formação da cultura científica. Revista Em Extensão, Uberlândia, v. 7, p. 55-66, 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao%20/article/viewFile/20390/10860> Acesso em 08 abr. 2018.

MARTINS, Marcos Francisco. Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade? Campinas, SP: Autores Associados; Americana, SP: UNISAL – Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2008. – (Coleção educação contemporânea).

MUTIM, Avelar Luiz Bastos. Educação ambiental e gestão de sociedades sustentáveis: análise da articulação de processos educativos formais e não formais como estratégia para a gestão do desenvolvimento local sustentável. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I, Salvador, v. 16, n. 28, p. 69-90, jul./dez., 2007.

SILVA, Francisca de Paula Santos; SOUZA, Ivana Carolina Alves da Silva. Escola e Comunidades de Prática: por uma proposta dialética e dialógica na comunidade do Beiru, Salvador-Ba. Anais V ETBCES - Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária, Salvador – BA, 2015. Disponível em:<http://etbces.net.br/images/etbces/anais/2015/01_Artigo_Ivana_Francisca.pdf> Acesso em 12 abr. 2018.

RODRIGUES, Olira Saraiva. Políticas Públicas Educacionais de Espaços Não Formais de Educação. Revista Anápolis Digital, 2013. Disponível em: <http://www.anapolis.go.gov.br/revistaanapolisdigital/wp-content/uploads/2013/03/Olira-Rodrigues.pdf> Acesso em 12 abr. 2018.